



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

A POLÍTICA EDUCACIONAL E SUAS INTERFACES: INTERFERÊNCIA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

POLÍTICA EDUCACIONAL Y SUS INTERFACES: INTERFERENCIA DE LOS ORGANISMOS INTERNACIONALES

THE EDUCATIONAL POLICY AND ITS INTERFACES: INTERFERENCE OF INTERNATIONAL ORGANIZATIONS

Ana Paula Duso

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Brasil

E-mail: anaduso@hotmail.com

Edite Maria Sudbrack

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Brasil

E-mail: sudbrack@uri.edu.br

Eixo temático 2: Debates, enfoques e perspectivas epistemológicas da Política Educativa

Resumo: O artigo problematiza a produção acadêmica na área das políticas públicas e suas tendências a partir dos anos 90. Explora os desafios de construção do campo disciplinar das políticas públicas e enfatiza o desafio de diversificação dos focos de pesquisa, atualmente concentrado na esfera federal, e propõe a ampliação e verticalização das produções relativas às políticas públicas desenvolvidas pelos governos estaduais. Enfatizando os aspectos principais da Política Educativa como propulsora de uma educação com qualidade, o texto ressalta ainda, as categorias relações de poder e Estado como chaves interpretativas para análise política das políticas públicas, incursionando pelos Organismos Internacionais, apenas como mentor de algumas ações.

Palavras-chave: Estado. Políticas públicas. Política educacional. Organismos internacionais.

Resumen: El artículo problematiza la producción académica en el área de las políticas públicas y sus tendencias a partir de los años 90. Explora los desafíos de construcción del campo disciplinar de las políticas públicas y enfatiza el desafío de la diversificación de los focos de investigación, actualmente concentrada en la esfera federal, y propone la ampliación y verticalización de las producciones relativas a las políticas públicas desarrolladas por los gobiernos estatales. Enfatizando los aspectos principales de la Política Educativa como propulsora de una educación con calidad, el texto destaca además, las categorías de relaciones de poder y Estado como claves interpretativas para el análisis político de las políticas públicas, incursionando por los Organismos Internacionales, como mentor de algunas acciones.

Palabras claves: Organización (Estado). Políticas públicas. Políticas educacional. Organismos internacionales.

Abstract: The article investigates the academic production in the Public policies' area and its tendencies from 90's. It explores the challenges of disciplinary field's



construction of public policies and emphasizes the challenges of diversifying research's focus, currently focuses on the federal sphere, and it proposes the expansion and vertical integration of productions related to the public policies developed by state governments. Emphasizing the main aspects of Educational Policy as driving of a quality education, the text highlights, yet, the categories of power relations and state as interpretative keys for political analysis of public policies, exploring through international organizations, just as a mentor of some actions.

Keywords: State. Public policies. Educational policies. International organization.

Introdução

Desde o início da última década do século passado, referida aqui como anos 90, os estudos e debates sobre políticas públicas tiveram grande impulso no Brasil, trazendo para a ordem do dia, entre outras questões, as responsabilidades e ações dos governos no campo social.

A pesquisa, enquanto prática interdisciplinar proporciona uma troca constante de informações e conhecimentos, instigando a visão crítica e reflexiva sobre as temáticas. Assim, o estudo apresenta-se como contribuição importante à área da educação, promovendo a ampliação do conhecimento existente.

Assim, ao pensar nesse tema e levar adiante sua reflexão, temos presente o quão importante é discutir essa temática, uma vez que, no meio em que os professores estão inseridos há esta necessidade de compreender as políticas de educação, sendo que as mesmas regem toda a organização educativa e direcionam seu planejamento.

Política educacional é melhor definida por Camargo (2006), quando afirma que, as políticas educacionais podem ser entendidas como fração das políticas públicas, atendendo, com efeito, a um determinado setor do todo: a educação.

Falando de política é importante dizer que as grandes dificuldades enfrentadas pelo Brasil ao longo dos anos e, também, mais recentemente, são de caráter político. Por isso, essa preocupação em estudá-la e trazer à tona alguns apontamentos referentes à sua funcionalidade, seus objetivos, seus fracassos e, ainda suas conquistas, é oportuno. Neste caso, o fato de os organismos governamentais possuírem interesses próprios, ligados ao acúmulo



de capital e concentração de renda, sempre visando ao lucro, desvirtua, por vezes, o bem coletivo.

É importante ressaltar, também, que este estudo apresenta algumas conceituações chave que norteiam o referencial teórico apontando possíveis entendimentos. Incursiona pela concepção de Política Educacional e sua influência sobre a educação. O trabalho engloba ainda, qual é a intencionalidade dos organismos internacionais em relação às políticas educacionais.

Desta maneira, cabe salientar que as políticas públicas no Brasil são mantidas pelas organizações financiadoras, principalmente pelo Banco Mundial (BM). Instalado com o objetivo de financiar os países após a segunda Guerra Mundial, posteriormente, juntamente com o BIRD e o FMI, exercem um papel de extrema influência na implementação das políticas educacionais. Daí a importância em se aprofundar o estudo sobre os organismos financiadores, para entender sua função e sua interferência nas decisões educacionais.

A educação como política pública

Para começarmos a falar sobre Política Educacional é necessário reportarmos-nos a todo o processo que lhe deu origem, isto é, às políticas públicas, as quais são um bom começo para compreendermos as políticas educacionais. E, para fazermos um estudo mais aprofundado, uma análise minuciosa das políticas públicas educacionais é essencial que entendamos e compreendamos tal processo no contexto em que as mesmas estão inseridas.

As políticas educacionais fizeram-se mais presentes e exercidas, concretamente, pelo Estado, no final do século XIX e início do século XX, uma vez que, estão, diretamente ligadas à função reguladora do Estado. Por serem também uma política social, são definidas como o conjunto de:

[...] estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social. Em termos globais, integram estas políticas ligadas à



saúde, educação, habitação e previdência social. (BIANCHETTI, 2001, p.88-89).

Fica subentendido, portanto, que essas políticas nasceram para atender às diferenças entre as classes sociais, próprias de países capitalistas, visando a fazer frente às necessidades mais prementes da população. Como cabe ao Estado a função de regulação e de manutenção do bem-estar dos cidadãos, estas medidas devem assegurar os direitos básicos dos indivíduos, tais como saúde, educação, segurança. Assim: “uma política social seria uma opção de governo, de caráter redistributivo e compensatório”. (CAMARGO, 2006, p.16). A autora argumenta, ainda que, as políticas educacionais teriam o propósito de estabelecer mediações entre os indivíduos e os setores da sociedade, aproximando diferenças entre capital e trabalho. (idem 2006).

Diante desse argumento é que citamos:

Por “poder”, entende não a coisa que serve para alcançar o objetivo mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos, donde se diz que “o fogo tem o poder de fundir os metais” do mesmo modo que o soberano tem o poder de fazer as leis e, fazendo as leis, de influir sobre a conduta de seus súditos. Este modo de entender o poder é o adotado pelos juristas para definir o direito subjetivo [...]. (LOCKE, 1964, *apud*, BOBBIO, 2001, p. 21).

Assim, essa reflexão feita pelo autor vem ao encontro do propósito das políticas públicas no geral, quando o setor responsável, nesse caso o Estado detém o poder de criar e viabilizar as leis, por isso alcançar os objetivos propostos é de extrema importância quando se trata de um determinado setor que lida com sujeitos.

Quando mencionamos a expressão política educacional, remetemos a aspectos relacionados com o agir e o fazer, sobretudo com ações governamentais, que são pensadas e aplicadas no sistema educacional. Baseados nesta análise é possível apontar que as políticas educacionais expressam a multiplicidade e a diversidade das políticas educativas num determinado período histórico. Relacionando-as às áreas específicas de intervenção, com este propósito é que falamos em políticas de educação



infantil, políticas de educação básica, educação superior, entre outras, podendo desdobrar-se em outras políticas. (VIEIRA, 2000).

É crucial levar em conta, o ponto de vista, sobre o qual se examina determinada medida educacional ou intervenção estatal. É necessário visualizar o lugar de onde são observados e analisados os projetos, por exemplo, quando uma política educacional é observada de um espaço micro, de escolas de um determinado município esta terá uma visão daquele que analisou, que provavelmente será distinta de um espaço macro, ou seja, a visão do governo estadual ou ainda do governo federal, gerando uma visão diferente do mesmo conceito. Assim, o contexto em que se encontram as partes é distinto, e, cada um com seus propósitos, suas limitações, e suas ideias de ver o mundo e a realidade, condicionando seus entendimentos.

Um outro aspecto que se faz pertinente e requer análise é que as políticas da educação representam os anseios e desejos inerentes à educação. E para ilustrar tal abordagem é essencial que se designe um conceito para política educacional: “A política educacional também não pode receber uma definição terminal. Como processo, ela se revela em cada época histórica, em cada contexto, em cada momento dado da organização dos seres humanos” (Martins, 1993, p.08). Para o autor, a política educativa apresenta uma dinâmica própria, que a impulsiona e estabelece relações com as demais esferas do mundo social. (idem, 1993).

Com efeito, de acordo com as ideias de Martins (id.ib) podemos dizer que a política educacional exerce função específica, tendo autonomia relativa para modificar-se e ajustar-se de acordo com o contexto e o meio em que está inserida. Como a mesma é uma ação social, dá-se e constitui-se em períodos históricos, por isso dotada de complexos contraditórios, de acordo com a situação histórica em que se encontra no momento. Ela contribui tanto para reproduzir uma ordem pré-estabelecida, quanto para transformá-la.

As políticas públicas precisam ser entendidas e, também, profundamente analisadas e refletidas, evitando o aparecimento de equívocos em relação a tal conceito, não elaborando um pré-conceito que desvirtua seu significado.



Temos que ter presente ainda, que as políticas não são somente fruto das organizações estatais, mas que são construídas por pessoas humanas, que pensam e projetam ações, pretensamente planejadas em benefício da população. É necessário frisar que:

Encarar a educação como uma política pública significa analisá-la no conjunto das intervenções do Estado na área social, abordando os objetivos políticos, as formas de distribuição de recursos e as relações com as classes que dão sistematização a determinado projeto político. (OLIVEIRA; DUARTE, 2001, p.130).

Neste caso, o fato de os organismos governamentais possuírem interesses próprios, ligados ao acúmulo de capital e concentração de renda, sempre visando ao lucro, desvirtua, por vezes, o bem coletivo. Falando de política é importante dizer que as grandes dificuldades enfrentadas pelo Brasil ao longo dos anos e, também, mais recentemente, são de caráter político. Por isso, essa preocupação em estudá-la e trazer à tona alguns apontamentos referentes à sua funcionalidade, seus objetivos, seus fracassos e, ainda suas conquistas, é oportuno.

As pessoas que exercem cargos educacionais públicos sofrem grandes pressões e impasses, por vezes, não ignoram os problemas, os quais não se referem a dificuldades financeiras, mas, apenas lhes faltam iniciativa política para a ação da mudança. Para justificar esta falta de iniciativa política pode-se considerar dois aspectos. Um deles seria os governantes, as autoridades públicas não exercerem sua devida função, com responsabilidade por exemplo, na destinação adequada das verbas para as necessidades do ensino. Esta atitude contribui para a falta de esperança por parte da população, que se sente impotente sem ter como agir perante um Estado que não atende aos seus interesses. E o alvo atingido é, geralmente, o setor educacional.

Ainda, um outro aspecto relevante faz referência à ideia da incompetência e incapacidade do governo e governantes em lidar com os problemas econômicos sociais que, de certa forma, são ameaça e perigo para quem detem o poder, ameaçando o lucro e as vantagens dos mesmos. Esses dois argumentos norteiam uma só posição, a de que as políticas públicas não



podem ser utilizadas para manter os interesses de alguns. Como já mencionado anteriormente, as políticas públicas, neste caso, a educação deve exercer papel de auxiliar para seu bom funcionamento e não atender a interesses próprios com privilégios para poucos, sendo que uma política pública necessita atender a todos igualmente, não havendo distinções, mas sendo voltada aos interesses do coletivo. Diante disto, pode-se dizer que o sistema educacional, por vezes, responde de forma imediata aos interesses das camadas hegemônicas, atendendo aos pedidos das mesmas, negociando ações de melhoramento da situação. Porém, quando se trata de minorias ou de pessoas vulneráveis socialmente, os interesses das mesmas são desprezados, uma vez que, não possuindo influências, não têm poder de barganha.

Política é melhor compreendida e melhor vista como ponto de partida do estudo para as atividades relacionadas com o Estado. As políticas sociais públicas, principalmente, são táticas extremamente importantes para o Estado, pelo fato de que: “é estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor – para o Estado capitalista”. (SHIROMA, 2004, p.8). Conforme a autora, são vistas como fundamentais por estarem a serviço das várias classes sociais. (SHIROMA, 2004).

As políticas públicas são caracterizadas também por lutas e pressões, elas surgem ou são implantadas em meio a conflitos sociais, depositando nas mesmas a capacidade de superação e de gerenciamento das ações governamentais, auxiliando em todo o processo de organização do Estado.

Tendo as políticas como ideia de referência e, neste caso, as políticas educacionais por mais que aparentem um caráter humanista, de realização de boas ações, há sempre uma contradição, pelo fato de que elas necessitam organizar-se e planejar-se de acordo com a história que as situa num determinado contexto, e, muitas vezes, precisam adequar-se, tendo que fazer modificações e aprimoramentos. Porém, a mudança nem sempre é de caráter pacífico, em determinados âmbitos gera crises e impasses que precisam ser bem trabalhados de forma a contemplar os objetivos do coletivo.



Diante da ideia de que as políticas públicas são articuladas de acordo com o planejamento da sociedade, sendo então viabilizadas por meio da ação do Estado, é pertinente a ideia de que as políticas públicas dão suporte ao Estado e, por isso, agem através dele. Esta ação e interferência dão-se de acordo com o projeto que se enseja aplicar na sociedade num determinado período, como já descrito. De outra parte, uma medida educacional pode surgir de demandas da população, consoante ilustra Azevedo:

[...] pode-se afirmar que um setor ou uma política pública para um setor, constitui-se a partir de uma questão que se torna socialmente problematizada. A partir de um problema que passa a ser discutido amplamente pela sociedade, exigindo a atuação do Estado. (AZEVEDO, 1997, p.61).

Conforme a autora afirma, uma política pública surge a partir de um problema ou questão que é discutida e formulada socialmente, problematizando o tema em foco. Para esta medida se concretizar, requer ação do Estado, o mesmo precisa intervir nela como agente coordenador do processo da solução do problema ou questão levantada.

A contribuição dos organismos internacionais na formulação/viabilização das políticas educacionais

A política educacional pode ser pública e social ao mesmo tempo. Ela é pública quando é implementada pelo governo com a participação de entidades e organismos não-governamentais. E é social quando é exercida com a finalidade de atingir setores da sociedade. Estudamos a política educacional pelo fato dela representar uma das mais importantes áreas de atuação governamental.

Nesse sentido, é que acreditamos que a política educacional precisa ser redefinida, em especial no que tange ao destaque de leva-la ao controle estatal. Atualmente, é visível que a política educacional está muito mais sob o controle mercantil do que sob o controle estatal. Com isso, ocorre a



despolitização da política, levando em conta o econômico, visando a relação custo-benefício, como se educação fosse mercadoria.

Verifica-se o uso de critérios técnicos na eleição das prioridades e escolhas na educação quando se utiliza o critério econômico, por exemplo são válidos somente os gastos e investimentos que dão retorno financeiro positivo como uma relação de troca. (PIRES, 2005).

A interferência da ótica econômica foi adotada como um sistema para disciplinar as relações financeiras entre os diversos países. Assim, em 1944, em Bretton Woods, Estados Unidos, foram criadas duas organizações, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Inicialmente, o Banco Mundial (BM) foi idealizado com a finalidade de auxiliar na reconstrução e desenvolvimento dos países no período pós-guerra, e o FMI destinado a supervisionar o sistema monetário internacional e garantir a estabilidade do sistema cambial.

Fundado na Conferência de Bretton Woods em 1944, após o término da Segunda Guerra Mundial, o Grupo Banco Mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais o principal é o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

A influência nas decisões e votações do Banco segue o modelo do “um dólar”, “um voto”, ou seja, o peso de cada um dos seus cerca de 190 países – membros é proporcional à sua contribuição orçamentária ao Banco, sabe-se, portanto, que os países desenvolvidos dominam as decisões.

Assim, o Banco exerceu desde sua criação a função de reconstruir as economias que foram devastadas pela guerra e ainda atuando como credor para empresas do setor privado. Pode-se dizer então que esta foi sua principal função. (HADDAD, 2008)

Nos anos de 1970, durante a gestão Robert McNamara (1968-1981) o Banco Mundial assumiu a política estratégica de diversificação setorial de empréstimos, redimensionando-os de acordo com os seus interesses políticos, ideológicos e econômicos para influenciar a economia dos países capitalistas devedores. Na gestão McNamara, a instituição financeira aprimorou sua política econômica e suas estratégias para alcançar e modificar a economia



dos governos devedores, apresentando-se, portanto, como a única instituição portadora dos instrumentos para reduzir a pobreza, combater o analfabetismo e com capacidade para aplicar políticas econômicas rentáveis e competitivas.

No Brasil, a presença do Banco Mundial faz-se por intermédio dos diretores, técnicos e conselheiros, que atuam nas decisões econômicas há mais de 50 anos, e associados com a equipe brasileira avaliam regularmente a capacidade de pagamento da dívida externa e dos empréstimos. Empurram aos governos as condicionalidades e sinalizam ao capital financeiro flutuante as possibilidades de rendas rápidas que permitem a continuidade do fluxo de capitais. Portanto, atestam e avaliam se o país tem condições de continuar pagando novos empréstimos em dia, regularmente. (id, 2008)

A continuidade dessas relações revela profundas mudanças neste relacionamento, desde uma simples recomendação até exigências institucionais a serem cumpridas para a obtenção de outros empréstimos. Se analisarmos essas relações pela sua historicidade, constata-se uma constante presença e uma firme atuação da equipe do Banco Mundial de diferentes maneiras e, em quase todos os governos e em cada uma delas, a natureza dessa relação se torna mais assimétrica e revestida de cooperação técnica e de “ajuda”.

Para ilustrar mencionamos a fala de Marcus Faro, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais:

O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas das políticas públicas, como também implementa esses programas usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado Brasileiro. Trata-se da chamada “assistência técnica”.

Com isso fica evidente que a política de funcionamento do Banco Mundial é perversa, sendo que o maior problema é que a população em geral desconhece sua principal finalidade. E levando para o setor educacional, é interessante que façamos uma pesquisa para ver e constatar quantos professores conhecem a proposta do Banco Mundial e qual sua relação com as



políticas Educacionais. E isso é péssimo, uma vez que o Banco tem grande influência na formulação e efetivação das decisões da área educacional.

Há que ressaltar que quando avaliamos o Banco Mundial levamos em conta não apenas os investimentos fornecidos em recursos financeiros dinheiro, mas o impacto sobre a educação que se dá a partir das políticas macroeconômicas, das diretrizes que ele tem apoiado junto ao FMI.

Diante dessa abordagem e levando em conta o nosso foco de pesquisa, é importante elencarmos alguns pontos para possível discussão e análise. Entre eles, primeiramente qual seria o projeto político do Banco Mundial para as políticas educacionais? Como os diretores administrativos do Banco Mundial veem a organização da Educação Brasileira? São questões que nos auxiliarão numa melhor compreensão acerca do tema em questão.

Ao fixar seu grupo de trabalho em determinada região, o Banco Mundial colhe diagnósticos de situações específicas, divulgando-os como modelos a serem seguidos, isto é já detém um saber sobre o país. Ainda, sua presença diária permite uma constante avaliação do devedor, no que se refere a sua capacidade de pagamento da dívida, monitoramento e fiscalização quanto ao uso correto dos recursos, além de pressioná-lo para adotar comportamentos adequados aos princípios do Banco, mas por vezes, prejudiciais para o país. Com estes procedimentos e com o discurso de colaboração, os técnicos passam a monitorar e fiscalizar os empréstimos. A posse de diagnósticos locais permite que se apropriem das singularidades e as generalizem, e que se suprima a história e a cultura da população local.

Essa situação exposta acima ocorreu com o governo estadual do RS. Um exemplo concreto e de conhecimento geral, é a medida da Enturmação, adotada em 2009 pelas Escolas Estaduais do Estado Rio Grande do Sul. Esta política pública da educação foi estabelecida no Governo Yeda Crusius, a qual foi financiada pelo Banco Mundial. Uma vez que, o governo gaúcho precisava de recursos financeiros para aplicar em determinado setor e teve que recorrer ao BM com empréstimos, precisou acolher a proposta de que o dinheiro seria liberado mediante redução nos gastos da folha de pagamento dos professores das escolas estaduais do referido estado. Isto significou a não realização de



concursos públicos, de contratos temporários. Por isso, ocorreu o fechamento de algumas escolas nas áreas rurais, sendo que com junções de turmas o número de docentes reduziu em grande porcentagem, havendo “enxugamento” da folha de pagamento.

Ilustra esta realidade as palavras de Silva:

A tese defendida é a de que existe uma intervenção sistemática do Banco Mundial nas políticas e estratégias da educação básica pública com o consentimento do governo federal, de parte dos estaduais e das elites dirigentes nacionais, que se subscreveram e alinharam às políticas estabelecidas pelo modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, comprimindo os direitos sociais. (SILVA, 2002, p.6).

Para desenvolver alguns projetos sociais, ambientais, de infra estrutura, transporte, agricultura e educação, o governo federal e os estaduais, em diferentes momentos históricos, recorreram ao Banco Mundial e solicitaram empréstimos; comprometeram-se com as regras exigidas pelo Banco. E, em todos os acordos, assinaram o termo de compromisso, portanto temos uma dívida com o Banco Mundial. No caso da educação pública os professores, diretores, funcionários, estudantes e pais precisam saber que há mais de 50 anos o Brasil solicita empréstimos ao Banco Mundial e, depois, os próprios técnicos do Banco pressionam o governo para reduzir os investimentos em educação, cultura e saúde, para sobrar dinheiro para pagar a dívida externa. Que os técnicos do Banco e do MEC ou da Secretaria de Educação decidem quando, onde e como gastar o dinheiro. Ou seja, o dinheiro vem com rubricas carimbadas e as escolas apenas estão executando decisões

Esta relação existente não é uma relação de amizade, e sim de poder, de manipulação, em que os países desenvolvidos possuem interesses sobre os países subdesenvolvidos. É um jogo em que há o predomínio concreto das nações avançadas, decididas a apropriar-se das riquezas sociais e ambientais dos países devedores. O crescimento é do capital e não do desenvolvimento humano e social.

Há que destacar ainda, que o Banco Mundial possui uma cartilha, cujas ações prioritárias orbitam em torno de elementos centrais, tais como, prioridade na educação primária; melhoria da eficácia da educação; ênfase nos aspectos



administrativos; descentralização e autonomia das instituições escolares; análise econômica como critério dominante na definição das estratégias. (HADDAD, 2008)

Estes elementos são julgados essenciais pelo BM para a formulação das Políticas Educacionais, uma vez que, nesta mesma ótica, é válido mencionar as palavras de Sérgio Haddad, A educação é encarada pelo Banco como a prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito de todos à transmissão e troca de saberes, culturas e valores. (HADDAD, 2008).

Estas palavras nos mostram que a educação está passando de uma relação de saber, de trocas de experiências, de humanização, de mediação do conhecimento para uma relação de mercado, interesses mercantis prevalecem numa sociedade totalmente capitalista e num órgão financiador que tem como princípio redução de gastos.

Nesta perspectiva a educação é encarada na ótica de que o professor oferece sua melhor mercadoria (ensino) aos seus clientes (alunos e pais) acontece o fortalecimento dos clientes, os quais precisam avaliar a escola pela utilidade mercadológica do produto que o aluno mostra ter obtido. Para o BM o critério de avaliação é quantitativo e não qualitativo, especialmente através da avaliação externa como Prova Brasil, ENEM, SAEB, entre outros.

Com efeito, é extremamente importante ilustrar esta abordagem com as palavras de David Archer: “O Banco Mundial só está interessado no retorno econômico, não tem interesse em outros retornos e não tem interesse na educação como um direito”.

É notória a política praticada pelo BM em suas ações e discursos veiculados na mídia, sendo que, incentiva e visa a eficiência dos sistemas de ensino, deixando de lado a questão do aprender, ensinar, das individualidades tanto da escola como um todo, como dos educandos oriundos do processo. As políticas públicas como mencionado no início da pesquisa têm por objetivo atender as necessidades mais prementes da população, mas com essas ideias do BM é preciso questionar tal afirmação e levantar outras hipóteses julgando a real intenção das mesmas.



Considerações finais

A implementação de políticas educacionais consequentes, como pode ser evidenciado neste artigo, deve contribuir para uma educação de qualidade. Sua concretização dá-se através da gestão, pois é por meio desta que as ações são criadas, viabilizadas e avaliadas. Seu propósito, portanto, é atender às diferenças entre as classes sociais, próprias de países capitalistas, visando a fazer frente às necessidades mais prementes da população. Como cabe ao Estado a função de regulação e de manutenção do bem-estar dos cidadãos, estas medidas devem assegurar os direitos básicos dos indivíduos, tais como saúde, educação, segurança.

É importante destacar, também, que as políticas públicas, no caso da educação, são implantadas em meio a conflitos sociais, depositando nas mesmas a capacidade de superação e de gerenciamento das ações governamentais, o que, nem sempre acontece, ocasionando, por vezes, danos difíceis de reparar futuramente.

Embora as políticas educacionais sinalizem rumos para a educação ou até para o andamento das atividades no ambiente escolar, há uma possibilidade de ressignificar a sua prática e, ainda, fazer a diferença. São, sem dúvida, os docentes e os profissionais que atuam na escola que têm essa possibilidade. Reafirmamos para tanto, o valor do estudo e compreensão do ciclo de políticas, notadamente o contexto da prática, o qual possibilita adaptar as políticas à realidade.

Podemos dizer que as políticas educacionais implantadas têm interferência dos organismos internacionais, ou seja, é através deles que as mesmas são efetivadas com o consentimento dos governos. E estas são aceitas, por vezes, sem questionamentos ou não são analisadas criticamente pela sociedade em geral. Por isso, há grande influência e subordinação por parte das políticas e dos sistemas aos organismos financiadores, sendo que os mesmos não buscam inteirar-se sobre os objetivos e propósitos das referidas políticas educacionais.



Cabe reiterar que as políticas e a gestão da educação devem convergir para a aprendizagem de todas as crianças em prol de uma educação igualitária e de qualidade. Mas o que se observa é que as medidas educacionais no Brasil vêm sofrendo o mal da descontinuidade e carência de avaliação de seus impactos. Assim, cabe ao pesquisador estudar e analisar as decisões e as medidas tomadas, na intenção de subsidiar ações futuras e avaliar, realmente, se estas decisões e ações estão contribuindo para uma educação de qualidade para todos.

É importante ressaltar que o Banco Mundial chega ao interior das escolas públicas por meio de programas, projetos e planos elaborados por seus técnicos e conselheiros e endossados pelo Ministério da Educação, separando o pensar e o fazer. A comunidade escolar é apenas informada sobre os programas, projetos e planos, recebendo orientações necessárias ao preenchimento de formulários e à prestação de contas. A reflexão sobre o trabalho pedagógico diluiu-se em meio a tantos procedimentos burocráticos a serem cumpridos.

Ainda, precisamos ter presente que os docentes precisam ser protagonistas das decisões educacionais atuando no pensar e não apenas no executar das decisões. A política do BM é perversa no que tange à concepção de política educacional baseada na ótica econômica, daí a importância do conhecimento e reflexão sobre tais políticas para compreender os textos e discursos que nos são transmitidos.

Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de Tomasi:

[...] o vazio de critérios nacionais bem definidos, que facilita a influência de propostas de fundamento duvidoso sobre nossas políticas educacionais. Partir de uma posição nacional solidamente fundamentada ajudaria a colocar entre parênteses o caráter técnico das propostas alternativas do Banco. (TOMASI, p. 110, 1996).

Desta forma, de acordo com as palavras de Tomasi, precisamos chegar a uma reflexão que não é final, mas sim provisória, pois uma questão pode suscitar novas perguntas que nos proporcionem a possibilidade de uma solução para as nossas questões iniciais. Sendo assim, é válido apontar a



importância em compreendermos o lugar e o significado da proposta do Banco. Daí a necessidade em conhecer e ter uma posição referente a esse assunto, tendo uma postura crítica e reflexiva acerca desta abordagem para obtermos argumentos válidos na discussão da temática.

Há que se fazer uma censura do discurso veiculado pelo BM, uma vez que, o mesmo, em sua fala, deixa transparecer brechas para pensar propostas alternativas que ele mesmo não tem capacidade para formular e viabilizar. (TOMASI, 1996).

É preciso que se oportunizem espaços de discussões sobre essa interferência dos Organismos Internacionais na formulação e viabilização das Políticas Educacionais, em especial no espaço escolar, propor debates que resultem em consensos de concepções e ações educativas em prol de inovações, aprendizagens e qualidade no setor educacional.

Portanto, a partir da análise realizada neste estudo, ressaltamos que as escolas têm essa autonomia relativa de ressignificar a política que lhe é imposta, de acordo com o que ensina o contexto da prática do ciclo de políticas. Tal abordagem sofre impactos, decorrentes de diferentes interpretações na definição das políticas da esfera mundial. Podem-se agregar, ao contexto da prática, os resultados que as recriações das políticas exercem. Ou seja, diz Frigerio: “ A escola reforma as reformas”. É neste momento que a escola tem a possibilidade para formular e reformular as políticas a luz de sua realidade.

Referências

ARRUDA, M. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, L. de (Org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

AZEVEDO, J. de L. **A Educação como Política Pública**. Polêmicas do nosso tempo. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BAUMAM, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.



BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Lei 9394, de 20 de Dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases para Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

CAMARGO, I. de. **Gestão e Políticas da Educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CORTESÃO; STOER. **Cartografando a Transnacionalização do Campo Educativo: O Caso Português**. SANTOS, B. S. (Org.). A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGERIO, G. **Las reformas educativas reforman las escuelas o lãs escuelas reforman las reformas?** Disponível em: <<http://www.untrefvirtual.edu.ar/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, ACTIONAID, 2008.

MARTINS, C. **O que é política educacional**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, Marisa R. T. **Política e Trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PIRES, V. **Economia da educação**. Para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

PLANK, D. **Política Educacional no Brasil**. Caminhos para a Salvação Pública. São Paulo: ARTMED, 2001.

POPKEWITZ, T. **Reforma Educacional**. Uma Política Sociológica. Poder e Conhecimento em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Nº 11.695 de 10 de Dezembro de 2001. **Lei de Gestão Democrática**.

SACRISTÁN. G. **Políticas y Prácticas Culturales en las Escuelas: Los Abismo de la Etapa postmoderna**. Fundamentos en Humanidades, Universo Nacional. San Luís, n. 2, p. 43. 1999.

SANTOS, B. S. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. M.; SHIROMA, E. O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.



SUDBRACK, E.; M. **Relatório de Pesquisa**. Frederico Westphalen, 2009.

TOMMASI, L.; WARDE, J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2.ed. São Paulo: Cortez; 1998.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: LUCE, M, B; MEDEIROS, I. L. P. de (Orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.